

AVALIAÇÃO DE PROCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE: 2011-2018

Melissa Rafaela Costa Pimenta¹

João Bosco Araújo da Costa²

Vanderlan Francisco da Silva³

RESUMO

O objetivo foi avaliar a efetividade da implementação da Política de Segurança Pública no Rio Grande do Norte, entre 2011 e 2018. Especificamente: 1) a formulação da política através dos documentos oficiais da Secretaria Estadual de Segurança Pública; e b) a avaliação as ações, com a metodologia de subprocessos desenvolvidas por Draibe (2001). Como resultados das ações, constatou-se uma predominância de atividades-fim, que tem importância secundária na avaliação de processo. E que no geral são atividades tradicionais, caracterizadas por uma concepção top down de implementação.

Palavras-chave: Segurança Pública. Políticas Públicas. Avaliação de Políticas Públicas.

ABSTRACT

The objective was to evaluate the effectiveness of the implementation of the Public Security Policy in Rio Grande do Norte, between 2011 and 2018. Specifically: 1) the formulation of the policy through the official documents of the State Secretariat of Public Security; and b) the evaluation of actions, with the methodology of subprocesses developed by Draibe (2001). As a result of the actions, there was a predominance of core activities, which are of secondary importance in the process evaluation. And that, in general, they are traditional activities, characterized by a top-down conception of implementation.

Keywords: Public security. Public policy. Evaluation of Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a criação da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), entrou na lista dos planos de governos federais, estaduais e municipais. Tomando esse tema como central, tratamos da

¹ UFRN, Doutorado, melissarafealacostapimenta@gmail.com

² UFRN, Doutorado, joaobac58@gmail.com

³ UFCG, Doutorado, vanderlansilva@uol.com.br



implementação dessa política, no estado do Rio Grande do Norte (RN), para compreender como ocorreu o processo de implementação da política nos anos de 2011 a 2018. O objetivo foi fazer uma avaliação de processo, por meio de programas, projetos e ações da Secretaria de Segurança Pública e de Defesa Social (SESED).

A metodologia teve duas etapas principais: a) levantamento da política nacional de segurança pública, especialmente sua vinculação aos estados brasileiros desde a CF de 1988; e b) dados documentais das atividades da Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e indicadores de taxas criminais no período de 2011 a 2018 do RN. A pesquisa documental teve como base o uso de registros da SESED, publicados no Diário Oficial do RN (DO-RN).

A base metodológica foi o modelo de avaliação de processos elaborado por Draibe (2001), que inclui as atividades-meio e a atividade-fim, e são divididos em seis sistemas ou subprocessos (QUADRO 1). A outra contribuição teórica para metodologia da avaliação das ações da SESED, foi baseado nos autores Bayley e Skolnick (2006), que trazem uma dimensão agregadora e evolutiva do conceito de segurança pública, caracterizado pelas estratégias tradicionais e inovadoras desenvolvidas nas ações, que podem resultar em sucesso ou obstáculo.

SISTEMAS/SUBPROCESSOS	DESCRIÇÃO
Sistema Gerencial e decisório	Estrutura hierárquica - Graus de centralização ou descentralização - Autonomia ou dependência das partes - Gestão do tempo - Capacidade de decisões - Natureza e atributos dos gerentes
Processos de Divulgação e Informação	Adequação dos meios de divulgação junto aos seus públicos internos e externos - Informação qualificada: clareza, abrangência, suficiência das informações, agilidade de fluxo etc.
Processos de Seleção (agentes implementadores)	Divulgação Adequação entre os tipos de processos seletivos e os objetivos do programa - Qualidades dos sistemas de aferição de mérito e competência - Critérios de seleção
Processo de Capacitação (agentes implementadores)	Duração dos cursos - Conteúdos - Avaliações dos beneficiários - Relação entre conteúdo e objetivos da capacitação
Sistemas Logísticos e Operacionais (atividade-fim)	Financiamento e gasto - Provisão de recursos materiais - Suficiências dos recursos - Qualidade da Infraestrutura - Qualidade do Material de apoio
Processos de Monitoramento e Avaliação Internos	Monitoramento dos estágios iniciais - Exame dos registros administrativos - Coletar opiniões dos agentes implementadores - Regularidade - O conteúdo e a avaliação contribuem para a implementação - Ocorrência de correções de processos ou procedimentos - Resultados sistematizados e socializados

Quadro 1 – Sistemas ou Subprocessos da Implementação para Avaliação de Processo, 2001

Fonte: Adaptado de Draibe (2001).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 SEGURANÇA PÚBLICA, POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO NORTE

A SENASP, é responsável por promover a qualificação, padronização e integração das ações executadas pelas instituições policiais de todo o país (BRASIL, 2007). É encarregada por implantar e acompanhar as propostas apresentadas pela Política Nacional de Segurança Pública (PNSP) por meio da adesão dos estados aos programas e projetos de cooperação federativa de segurança pública. Os objetivos da PNSP, estão dispostos no Decreto 9.630 (BRASIL, 2018).

A SESED do RN, tem como objetivo formular e executar a política governamental destinada à preservação da ordem pública, e da incolumidade das pessoas e patrimônios, assegurar os direitos e garantias fundamentais. De acordo com os dados sua competência é programar, superintender, dirigir e orientar os serviços de polícia e segurança pública; exercer atividades de polícia administrativa, judiciária e de manutenção da ordem pública, executando ações policiais ostensivas, preventivas, repressivas e de investigação criminal, bem como o policiamento em todo o território; manter sistema de informações estratégicas, visando à preservação dos bens e interesses penalmente tutelados; colaborar com as ações da Defesa Civil do Estado; promover formação, capacitação e aperfeiçoamento dos servidores; e realizar perícias criminalísticas médico-legais e a identificação civil e criminal (RIO GRANDE DO NORTE, 2018).

No ano de 2018, a SESED contava-se com três programas: Carteira de Projetos, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), e o Plano Estratégico de Segurança Pública 2017-2020. A estrutura estava composta pelo secretário e seu adjunto, com quatro grupos de agentes: Corpo de Bombeiro Militar (CBM), Polícia Civil (PC), Polícia Militar (PM) e o Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP). Possuía a Ouvidoria e sete coordenadorias: 1) Coordenadoria de Tecnologia da Informação; 2) Coordenadoria de Programas para Cidadania; 3) Centro Integrado de Apoio Social ao Policial; 4) Centro Integrado de Operações Aéreas; 5) Gabinete

PROMOÇÃO



APOIO





de Gestão Integrada Estadual; 6) Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais; e 7) Coordenadoria da Defesa da Mulher e das Minorias.

No ano de 2017 foi divulgado o Plano Nacional de Segurança Pública, com três objetivos: redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; combate integrado à criminalidade organizada; e racionalização e modernização do sistema penitenciário. Nesse plano também consta as metas, o operacional e os custos, com suas respectivas rubricas orçamentárias (RIO GRANDE DO NORTE, 2017).

3 ANÁLISE DA FORMULAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

No período de 2011 a 2018 foram publicizadas pelo Diário Oficial do RN (DO-RN), 2.353 (duas mil trezentos e cinquenta e três) ações desenvolvidas pela SESED (GRÁFICO 1). Explicaremos os subprocessos que fizeram parte da implementação da Política de Segurança Pública no RN, dividindo-os nos seis grupos de análises, baseados em Draibe (2001).

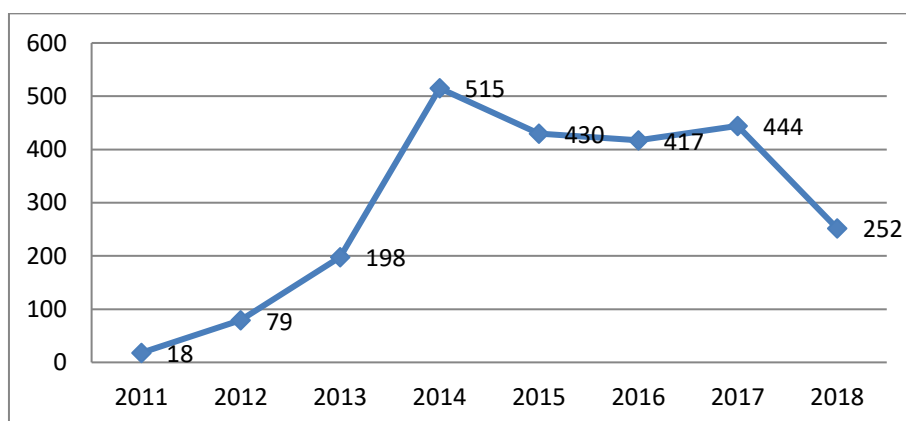


Gráfico 1 – Quantitativo das Ações da Secretária de Segurança Pública Publicizadas no DO-RN, 2011 a 2018

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte (DO-RN), 2020.

a) gerencial e decisório

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Entre as ações destacamos o funcionamento do Centro Integrado de Operadores de Segurança Pública (CIOSP), no município de Mossoró; criação da comissão para elaboração do Plano Estratégico de Segurança Pública (decenal); Operação Metrópole Segura da Polícia Civil e Militar, no município de Natal e Região Metropolitana; mútua cooperação técnica e operacional, das empresas de transportes urbanos de passageiros com o CIOSP; concepção de doze câmaras técnicas no GGI-E do Programa Brasil Mais Seguro; Conselhos Comunitários de Cooperação de Defesa Social (CCCDS) e Estatuto; convênio com o Projeto Municipal de Apoio a Prevenção e o combate à Violência de Mossoró e implantação bases comunitárias cidadãs; Regimento Interno do GGI-E; realização das eleições suplementares nos municípios de Mossoró, Francisco Dantas, Ipanguaçu, e realização das eleições gerais de 2014 no 1º Turno; Coordenadoria Integrada de Segurança Pública do Nordeste (CISP) no Nordeste; Programa Crack, é Possível Vencer e Projeto RN Sustentável; cooperação entre o SAMU e o CIOSP; pacto interinstitucional entre SESED, a PC, o ITEP, o Conselho Estadual de Direitos Humanos e Cidadania-RN e o Fórum Brasileiro Segurança Pública; convênios entre SESED e a SENASP: 1) estruturação do Programa Comunidade em Paz, 2) estruturação do Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN), e 3) fortalecimento da Ronda Escolar e PROERD; participação no Projeto de Modernização da Gestão Pública; comissão para criação e a implantação das Regiões Integradas da Segurança Pública e da Defesa Social (RISP), das Áreas Integradas da Segurança Pública e da Defesa Social (AISP) e das Circunscrições Integradas da Segurança Pública e da Defesa Social (CISP); comissão para minuta de regulamentação e atualização da Lei Complementar Estadual nº 231/2002; cooperação entre a SESED, SAMU e o CEIOPAER; Programa Condomínio Seguro, entre o SIPCE e o CIOSP; Projeto Movimento pela Segurança de Búzios; convênio entre a SESED e a UFRN; articulação da segurança nos ENEM's 2017, 2018 e 2019 pela PM; planejamento, coordenação e execução das ações de segurança pública nos Jogos Escolares da Juventude 2018, promovidos pelo Comitê

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Olímpico do Brasil (COB); e providências para realização das Eleições Gerais de 2018 – 1º e 2º Turnos.

b) divulgação e informação

As ações descritas foram a publicização das inscrições dos cursos ofertados para os agentes de segurança pública; grupos de trabalho para diagnóstico sobre o funcionamento do ITEP; prestação de serviço de publicação de atos administrativos em jornal de grande circulação no RN; tornar público o extrato da sessão do Conselho de Voo; Central de Atendimento e Despacho (CAD), do Sistema de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (SINESP); e a aprovação da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o período de 2019 a 2022.

c) seleção

No serviço público houve seis anos sem recrutamento, durante os oito anos pesquisados; em 2013 e 2016, ou seja, em dois anos houve seleção. Das ações relativas a seleção foram identificadas cooperação técnica para realização de estágios de estudantes de ensino superior, entre a SEARH e a SESED; contratação para monitor, instrutor e coordenador de ensino para capacitação dos implementadores; realização do concurso público para cargos de Delegado de Polícia Civil Substituto, de Escrivão de Polícia Civil Substituto e de Agente de Polícia Civil; e Processo Seletivo Simplificado para contratação de médicos legistas, por tempo determinado, para o ITEP.

d) capacitação

Entre as ações de capacitação evidenciamos a designação de gestor do convênio para a capacitação dos CBM para a Copa do Mundo de 2014, entre a SESED e a SENASP; cooperação da PM, PC, ITEP e CBM, de vagas remanescentes nos cursos ministrados pelo SENAC; convênio entre SESED e a SENASP para a

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

valorização profissional e qualidade de vida. Formulação e publicização do Relatório da Comissão Conjunta de Planejamento do Colégio Militar (CCPCM); instituição do Grupo Técnico de Ensino em Segurança Pública (GTESP); instrução técnica, treinamento e especialização para ascensão de pilotos a comandantes de aeronaves de asas rotativas do Centro Integrado de Operações Aéreas (CEIOPAER); e realização do seminário Segurança Pública Dever do Estado, Direito e Responsabilidade de Todos. As capacitações foram realizadas pelos Cursos de Multiplicadores, Especialistas e Operadores da Segurança Pública; Curso Básico de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas; Curso Básico de Sistema de Comando de Incidentes; Curso de Crimes Transnacionais; Curso de Espanhol aplicado à atividade policial; Curso de Inglês Aplicado a atividade policial; Curso de Salvamento de Vítimas Presas às Ferragens de Veículos; Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária; Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária; Curso Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – Redes de Atenção e Cuidado – Programa Crack, é possível vencer; Curso Básico de Policiamento Turístico; Curso Básico de Salvamento em Altura; Curso de Condutores de Cães Detectores de Explosivos; Curso de Enfrentamento a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Curso de Escolta e Batedor com Motocicleta; Curso de Escolta e Batedor; Curso de Gerenciamento de Crises para Capacitação de Operadores de Segurança Pública; Curso de Inteligência da Segurança Pública; Curso de Monitor de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi; Curso de Multiplicador de Técnicas e Táticas Policiais; Curso de Multiplicador em Procedimentos Envolvendo Artefatos Explosivos; Curso de Multiplicador em Policiamento de Choque; Curso de Proteção e Segurança de Autoridades; Curso de Técnicas Avançadas de Assalto Tático; Curso de Técnicas de Ensino Policial; Curso de Técnicas e Tecnologias de Menor Potencial Ofensivo; Curso de Técnico Explosivista Policial para Capacitação de Operadores de Segurança Pública para atuação em Grandes Eventos; Curso de Tiro Defensivo na Preservação da Vida; Curso de Tiro Policial; Curso de Tripulante Operacional; Curso Integração de Segurança Pública e Privada.

PROMOÇÃO



APOIO





e) monitoramento e avaliação internos

Nas ações executadas percebemos a existência do Núcleo de Estatística no município de Santa Cruz; Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para 2014 a 2016; Câmara Técnica de Mapeamento de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI); serviços de sites de radiocomunicação das repetidoras do CIOSP de Extremoz e de São José de Mipibu; convênio com a UFRN, através da Rede GigaNatal; Núcleos de Inteligência nas Delegacias de Homicídios das capitais, convênio SENASP; adesão ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (SINESP); implantação dos Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE), Central de Atendimento e Despacho (CAD); o uso da ferramenta eletrônica PPE junto a PC, SINESP e o SERPRO; parceria entre o TCE e a SESED.

Aquisição de equipamentos, instalação e treinamento do sistema de monitoramento dos municípios de Dix-Sept Rosado, Assú e Areia Branca; compartilhamento com o CIOSP/SESED, de imagens externas geradas pela CDL NATAL ou qualquer outra pessoa jurídica interessada; Delegacia Especializada de Armas, Munições e Explosivos (DAME); Grupo de Trabalho para realizar diagnóstico sobre o funcionamento do ITEP; estabelecimento de normas e procedimentos de emergência para registro de boletins de ocorrências policiais durante a greve dos policiais civis; Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI).

f) Sistemas logísticos e operacionais

A matéria das ações são decretos e processos de adicional de insalubridade; aplicação de penalidade administrativa disciplinar; aprovação e alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas (QDD); calendário de sessões ordinárias da Comissão Permanente de Licitação; aquisição de material permanente, de consumo e serviços; averbação de tempo de serviço prestado; Comissão de Controle Interno (CCI); Comissão de Execução e Avaliação de Títulos; Comissão de Recebimento de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Material (bens e serviços); Comissão Permanente de Licitação; deferimento de requerimento de reclassificação para o cargo; delegação de competência de Secretário Adjunto da SESED; dispensas e inexigibilidades de licitações; designações, substituições e exonerações de funções; elevação do adicional por tempo de serviço; elevação quinquenal; estruturação da ACADEPOL; exclusão de candidatos da lista de aprovados em concurso público; gratificações; licença prêmio não gozadas para os exclusivos fins de aposentadoria e disponibilidade; criação de Lei Complementar específica para Quadro de Pessoal do ITEP; licença para aperfeiçoamento profissional; licença para tratar de interesses particulares; licença para o exercício de atividade política; licença prêmio por assiduidade; locação e permuta de imóveis; processos licitatórios e pregões eletrônicos; prorrogação de vigência do contrato de fornecimento de energia; prorrogação do prazo de posse de cargos; prorrogação do prazo de vigência do contrato de locação de imóvel; remarcação da sessão de abertura do pregão eletrônico; republicações por incorreções; sanção de suspensão temporária do direito de participar de licitação; termos de aditivo, adjudicação, apostilamento e homologação; e tornar sem efeito portarias.

Também foram realizadas reformas de obras das delegacias das cidades de Montanhas e Apodi; estruturação das Delegacias Especializadas em Homicídios de Natal e das Delegacias Distritais dos municípios de Mossoró, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Ceará Mirim; e convênio entre SESED e SENASP para instalação e aparelhamento da Central de Custódia no ITEP.

4 AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

O percentual de 77,7% das ações publicizadas no DO-RN, estão na dimensão de atividade-fim, estão centradas na organização e manutenção de atividades rotineiras, na suficiência ou insuficiência dos recursos materiais, qualidade de

PROMOÇÃO



APOIO



infraestrutura e material de apoio. Para Draibe (2001), é indispensável a realização da avaliação de desempenho, que consiste em registrar cumprimentos de metas físicas ou financeiras, entretanto, isoladamente, não diz muito sobre a qualidade de seus processos. Por isso, avaliamos que as ações com características de sistema logístico e operacionais, são secundárias. Pois, as atividades-meio são as que predominantemente definem o modo de implementar e operacionalizar a atividade-fim.

No RN, o aumento dos gastos com policiamento foi o quarto maior da região Nordeste, no período de 2011 a 2013, com uma variação de 22,34% nas despesas realizadas, contudo, não teve resultado em redução das taxas de criminalidade. Em relação às demais funções da segurança pública; a proporção de aumento de gastos no triênio foi discreta, apenas 16,15%. Ressalta-se, que em todos os estados da federação, mais de 85% das despesas com Segurança Pública são destinadas aos pagamentos de salários, havendo pouco investimento em tecnologia, sistemas de informação, inteligência, capacitação e qualificação etc. (RATTON, 2014).

Em relação as ações consideradas como subprocesso de divulgação e informação, corresponde a 0,2% de todas as ações pesquisadas. Algumas informações obtidas no site da SESED estavam abertas para os beneficiários de forma ampla, e em jornais locais. Para Draibe (2001), é importante investigar a qualidade das informações divulgadas sobre a política e verificar o quanto essas informações são acessíveis ao público-alvo.

Sobre as ações classificadas como subprocesso de seleção, fazem parte 0,5% das ações reunidas. As ações denominadas de subprocesso de capacitação, equivalem a 5,5%. Vale destacar que além da formação, os cursos devem despertar às corporações policiais para “estar seguros e cientes de que a teoria, na prática, não poder ser outra, mas que os princípios explícitos que informam a política de segurança pública a ser implementadas por seus agentes, deve ser aplicada por todos a todos, de maneira universal [...]” (LIMA, 2002, p. 215).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Foram localizadas 2% das ações com características de subprocesso de monitoramento e avaliação internos. De acordo com Figueiredo e Figueiredo (1986), a reprodução rotineira dos serviços da política é em si um produto. Daí a necessidade do monitoramento das ações no aspecto avaliativo da política dos produtos que são indicadores de que os governos estão fazendo, das prioridades, e das demandas atendidas. Sobre as ações da SESED de monitoramento e avaliação, apesar de fornecerem alguns dados sobre a execução da política, praticamente se restringia aos dados gerados pelo CIOSP. A inexistência de uma identificação de estratégia avaliativa definida, consistem em fragilidades verificadas nos subprocessos de monitoramento e avaliação internos. De acordo com Souza (2015), a conexão sistemática entre o planejamento geral da gestão e o sistema de avaliação não tem sido tão sistemática, pois encontram dificuldades de sincronizar os objetivos formais do governo e os respectivos indicadores.

Sobre as ações do tipo do Sistema Gerencial e Decisório, foram identificadas 13,7% ações. A participação do RN na implementação do SINESP, caracterizou o acesso do estado a política federal. A verificação do alinhamento e da reprodução das ações dos governos federais com as ações dos governos estaduais, podem explicar lacunas ou condições concretas nas ocorrências da implementação. É importante trazer os elementos para construir o cenário da segurança pública, problematizados pela sua origem e o contexto que se inserem. Castro (2014) chama a atenção no que se refere na participação dos agentes no processo, pois essa participação na esfera micro não garante a concretização das proposições na esfera macro. Também tem a questão das várias instâncias – local, estadual, regional e nacional, nas quais são implementadas as políticas, e que cada uma delas vão variando na execução. Em relação a autonomia da SESED frente a implementação da PNSP no estado, não é possível aferir se existia ou não, o que observamos nos processos decisórios uma certa autonomia por parte da gestão dos governos, dentro do que a política nacional determinava.

PROMOÇÃO



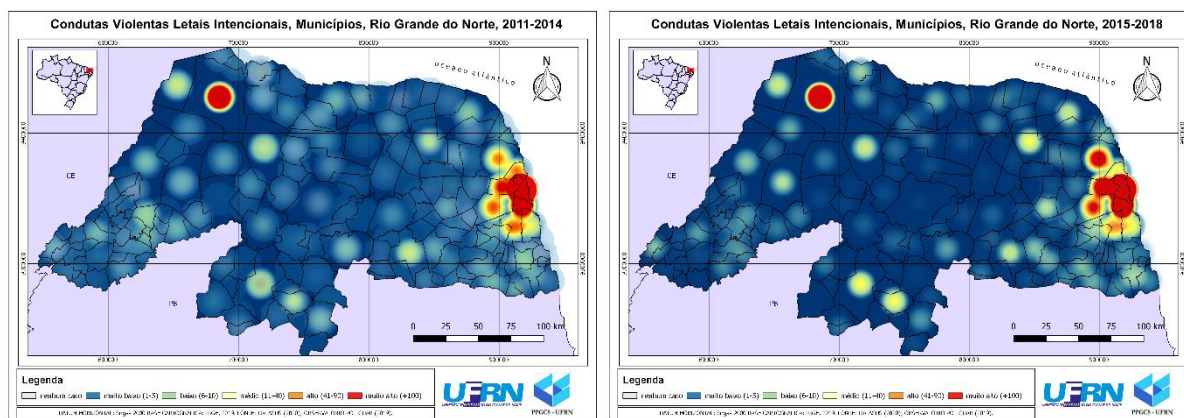
APOIO





Figueiredo e Figueiredo (1986) destacam que a baixa cobertura da política é um problema de alta incidência à caracterização de uma política implementada. Entre 2011 a 2018 foi possível constatar o processo de abrangência da política em relação ao estado e os municípios do RN. Os convênios consolidados em 2012 foram em seis municípios; em 2013 foram realizados treze municípios; em 2014 foram cinquenta e sete; em 2015 foram firmados sessenta e sete convênios; em 2016 foram cinquenta e um; em 2017 foram firmados oitenta e dois municípios; e em 2018 foram firmados vinte e dois convênios os municípios. Os convênios celebrados com os municípios tinham como objetivo a cooperação mútua para o desenvolvimento das atividades de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, mediante as ações do Sistema Estadual de Segurança Pública – PM, PC, CBM e ITEP.

As nove cidades que compreendem a RMN são: Ceará-Mirim, Extremoz, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, São José do Mipibu e a capital do estado Natal. Juntas, as microrregiões Natal, Mossoró e Macaíba reuniram aproximadamente 84% de todas as ocorrências de CVLI do Estado entre 2011 e 2014. No Mapa 1, podemos verificar a espacialização das ocorrências e concentrações dos CVLI no RN.



Mapa 1 – Espacialização das CVLI nos municípios do RN, 2011-2018

Fonte: HERMES; BRANDÃO, 2019.

PROMOÇÃO



APOIO

Os convênios realizados pela SESED com os municípios, representam um caminho possível para a integração das ações. O que nos interessa foi constatar que apesar das variações nos registros dos CVLI's, não é possível aferir uma relação direta dos convênios com pontos de tensões de criminalidade, como também resultados diretos desses convênios com os registros de CVLI's.

Geralmente, ações pontuais ou de caráter Top Down, não produzem efeitos esperados ou impactos na realidade social local, como vimos na pesquisa realizada por Pressman e Wildavsky (1998). E na pesquisa de Pimenta e Souza (2019) referente a implementação da Política de Segurança Pública em nível municipal, foi verificado que apesar do desenvolvimento de ações, projetos e programas foi possível romper com o padrão das ações municipais voltadas apenas para a vigilância patrimonial, no entanto, permaneceu os níveis de criminalidade em crescimento.

5 CONCLUSÃO

Em suma, avaliamos que as ações realizadas pela SESED que representam a implementação da Política de Segurança Pública no RN, são configuradas por uma extensão da PNSP, suprimidas de um alinhamento científico para as demandas locais; e pontuais de ordem de manutenção de execução de atividades rotineiras. Os dados apresentados indicam a falta de um plano estadual com teoria, princípios, diretrizes, metas e objetivos explícitos, a falta da constância da prática da avaliação na implementação; a presença marcada pelo modelo top down nas políticas brasileiras, são fatores que implicam na dificuldade e limitações da implementação.

Entre algumas recomendações que contribuam com o desenvolvimento da Política de Segurança Pública do RN, podemos citar o estabelecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação; instituir uma comissão de monitoramento e avaliação, composto por representantes das instituições governamentais responsáveis, dos agentes implementadores e os demais membros sociedade; e

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

estimular pesquisas integradas ao desenvolvimento de projetos relacionados a política de segurança pública.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H.; SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia: inovações nas polícias de seis cidades norte-americanas**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Série Polícia e Sociedade; n. 2).

BRASIL. Ministério da Justiça. Estrutura geral do Ministério da Justiça. **Decreto 6.061, de 15 de março de 2007**. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/acoes-e-programas/arquivos-anexos/arquivos-programa-2070/acoes/organogramamjgeral.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto 9.630, de 26 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9630.htm>. Acesso em: 06 maio 2018.

CASTRO, Márcia da Silva Pereira. **Política de assistência social no Brasil: uma análise a partir das tipologias de políticas públicas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13842/1/MarciaSPC_TESE.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DO-RN. DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Disponível em: <<http://www.diariooficial.rn.gov.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-56.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliações de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, 1 (3): 107-127, set/dez, 1986. Disponível em: <<http://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



HERMES, Ivênio; BRANDÃO, Thadeu. **Observatório potiguar 2019: o mapa da violência letal e intencional do Rio Grande do Norte.** Natal-RN: Clube dos Autores, 2019.

LIMA, Roberto Kant de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário Negreiros. **Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais.** Recife: FJN, Escola do Governo e Políticas Públicas, Editora Massangana, 2002, p. 199-219. (Gestão pública e cidadania, n. 2).

PIMENTA, Melissa Rafaela Costa; SOUZA, Lincoln Moraes de. Uma avaliação de processo da implantação da Guarda Civil em Mossoró (RN). In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Avaliação de políticas públicas em tempos de crises e desafios.** Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 361-378.

PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. Implementación: cómo grandes expectativas concebidas em Washington se frustan em Oakland. Traducción: Antonio Guzman Balboa. México: Colegio Nacional de Ciencias Políticas y Administración Pública, A. C.; Fondo de Cultura Económica, 1998.

RATTON, José Luiz (Coord.). **Diagnóstico e Análise da Percepção do Crime e da Segurança Pública no Rio Grande do Norte.** Rio Grande do Norte: Grupo Banco Mundial; RN Sustentável, 2014. Disponível em: <<http://www.governocidadao.rn.gov.br/smiv3/site/conteudos/midias/323034a81105f5a6068cd6e67d37fedc.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Plano Nacional de Segurança Pública do Rio Grande do Norte. 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/plano-nacional-de-seguranca-preve-integracao-entre-poder-publico-e-sociedade/pnsp-rn-02fev17.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

RIO GRANDE DO NORTE. **Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social.** Disponível em: <<http://www.defesasocial.rn.gov.br/Index.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

SOUZA, Lincoln Moraes de. O lugar da avaliação de políticas públicas no capitalismo organizado: o Estado supranacional e a avaliação. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (Org.). **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado: para que e para quem.** Recife: Editora UFPE, 2015. p. 75-92.

PROMOÇÃO



APOIO

